



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

MATEUS SANTOS AGUIAR

Ver um texto como literário: uma abordagem wittgensteiniana sobre aspectualidade e
significação do conceito de *literatura*

Salvador
2022

MATEUS SANTOS AGUIAR

Ver um texto como literário: uma abordagem wittgensteiniana sobre aspectualidade e significação do conceito de *literatura*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Lopes Azize.

Salvador
2022




UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DE FILOSOFIA
Estrada de São Lázaro, 197. Federação. Salvador/Bahia.
CEP: 40210-730. Tel (071) 3283-6441
www.filosofia.ufba.br

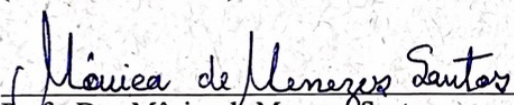


ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA
DE MATEUS SANTOS AGUIAR NO
DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2022

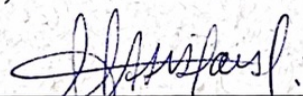
Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, às 09 horas e 30 minutos, reuniram-se na Sala de Videoconferência da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, o(a)s professore(a)s doutore(a)s Rafael Lopes Azize (orientador - UFBA), Mônica de Menezes Santos (UFBA) e Sílvia Faustino de Assis Saes (UFBA) para examinar a Monografia "Ver um texto como literário: uma abordagem wittgensteiniana sobre aspectualidade e significação do conceito de literatura", de autoria de Mateus Santos Aguiar, como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Filosofia. Depois de aberta a sessão, pelo Prof. Rafael Azize, o estudante fez uma breve exposição das linhas gerais de sua pesquisa. Em seguida, as professoras Mônica de Menezes e Sílvia Faustino fizeram suas arguições e a palavra foi devolvida ao estudante para que respondesse às questões. Concluída a arguição, a banca reuniu-se e deliberou, por unanimidade, por aprovar a monografia e conceder a nota 10,00 (dez). Esta ata foi lavrada, lida e aprovada por quem de direito.



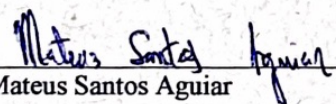
Prof. Dr. Rafael Lopes Azize
(Orientador - UFBA)



Profa. Dra. Mônica de Menezes Santos
(UFBA)



Profa. Dra. Sílvia Faustino de Assis Saes
(UFBA)



Mateus Santos Aguiar

Este trabalho é dedicado à memória do meu saudoso avô, o sr. Carlos Vieira dos Santos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, pela presença constante e apoio incondicional.

Aos meus avós, minha madrinha e família por terem sido parte fundamental da minha formação.

Ao meu orientador, Prof. Rafael Lopes Azize, figura de raros humanismo e gentileza, pela solicitude, suporte constante, inspiração intelectual e escuta sensível.

Aos amigos e colegas de graduação Adriano Nunes, Alex Andrade e Thaís Fragas, sem cujo auxílio a escrita deste trabalho teria sido muito mais árdua.

A Lorena, companheira e inspiração diária, que esteve ao meu lado em todos os momentos.

*Quando um rio corta, corta-se de vez
o discurso-rio de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poços de água, em água parálitica.
Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionária:
isolada, estanque no poço dela mesma,
e porque assim estanque, estancada;
e mais: porque assim estancada, muda,
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água por que ele discorria.*

[...]

*Salvo a grandiloquência de uma cheia
lhe impondo interina outra linguagem,
um rio precisa de muita água em fios
para que todos os poços se enfrasem:
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase e frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca ele combate.*

Rios sem Discurso, João Cabral de Melo Neto
(1966)

RESUMO

AGUIAR, Mateus Santos. *Ver um texto como literário*: uma abordagem wittgensteiniana sobre aspectualidade e significação do conceito de *literatura*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

O presente trabalho investiga, à luz das noções de *notar um aspecto* e suas correlatas (*ver-come* e *representação*), encontradas na filosofia de Ludwig Wittgenstein, em que sentido o fenômeno de *ver* um texto *como* literário – isto é, notar o aspecto literário do conjunto textual – pode esclarecer os modos como significamos o conceito de *literatura*. Pretende-se com isso demonstrar que a significação desse conceito, quando encarada em termos wittgensteinianos, decorre não de meras qualidades intrínsecas ao texto literário, mas de *atitudes possíveis* que se adotam diante dele em circunstâncias específicas de interações entre autor, leitor, intenções etc. Tais atitudes revelam uma abertura a diversos *usos possíveis* do conceito, ancorados em nossa *forma de vida* e distantes, portanto, de uma perspectiva essencialista. A investigação divide-se em três partes. Na primeira, destacamos brevemente, como ponto de partida, a desconfiança de alguns autores da filosofia da literatura contemporânea quanto à possibilidade de se definir com precisão a arte literária. Esboçamos, na seção seguinte, uma exposição geral do método filosófico wittgensteiniano conforme desenvolvido nas *Investigações Filosóficas*, o que se faz com amparo nos comentários de Arley Moreno à referida obra. A última parte, por sua vez, tem por escopo aplicar o método descrito à questão central. Sugere-se então que, se há vários modos de se ler um texto de literatura, nem todos eles *propriamente literários*, uma maneira de interpretar o fenômeno da *apreensão literária* é pelo movimento de *notar um aspecto*, segundo o qual, a partir de uma *atitude específica* frente ao texto, captura-se o seu aspecto propriamente literário, e assim ele passa a ser *visto* – e conseqüentemente lido – *como* literatura. O que se verifica aí é a quebra da *Imagem essencialista* segundo a qual o conceito de *literatura* representaria uma entidade ou conjunto de entidades dotadas de *qualidades intrínsecas imediatamente dadas à apreensão e dispostas numa definição*. Ao dissolver essa visão, demonstrando outros usos possíveis para o conceito sob análise, amplia-se potencialmente o escopo da sua significação, donde se verifica, efetivamente, a sua *aspectualidade*. Por fim, como exemplo dessa abertura, apresentamos em linhas gerais a concepção de Peter Lamarque sobre a arte literária como prática, reforçando a hipótese de que *literatura* seja um *conceito aspectual*.

Palavras-chave: Literatura (definição); Estética; Wittgenstein; *Aspectualidade*; *Ver-come*.

ABSTRACT

AGUIAR, Mateus Santos. ***Seeing a text as literary***: a Wittgensteinian approach to aspectuality and significance of the concept of *literature*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

This work investigates, in the light of the notions of *noticing an aspect* and its correlatives (*seeing-as* and *representation*), found in Ludwig Wittgenstein's philosophy, in what sense the phenomenon of seeing a text as literary - that is, noticing the literary aspect of the textual ensemble - can clarify the ways we mean the concept of literature. We intend to show that the meaning of this concept, when viewed in Wittgensteinian terms, derives not from mere intrinsic qualities of the literary text, but from possible attitudes that one adopts towards it in specific circumstances of interactions between author, reader, intentions etc. Such attitudes reveal an openness to diverse possible uses of the concept, anchored in our way of life and, therefore, far from an essentialist perspective. The research is divided into three parts. In the first, we briefly highlight, as a starting point, the distrust of some authors in the contemporary philosophy of literature regarding the possibility of defining literary art precisely. In the next section we outline a general exposition of Wittgenstein's philosophical method as developed in the *Philosophical Investigations*, which is done with the support of Arley Moreno's comments on the mentioned work. The last part, in turn, has the purpose of applying the described method to the central question. It is suggested that, if there are several ways to read a literary text, not all of them literary, one way to interpret the phenomenon of literary apprehension is through the movement of noticing an aspect, according to which, from a specific attitude in front of the text, its literary aspect is captured, and thus it comes to be seen - and consequently read - as literature. What we see here is the breakdown of the essentialist *Image* according to which the concept literature represents an entity or set of entities endowed with intrinsic qualities immediately given to apprehension and arranged in a definition. By dissolving this vision, demonstrating other possible uses for the concept under analysis, the scope of its meaning is broadened, and its aspectuality is effectively verified. Finally, as an example of this opening, we present Peter Lamarque's conception of literary art as practice, reinforcing the hypothesis that literature is an aspectual concept.

Keywords: Literature (Definition); Aesthetics; Wittgenstein; *Aspectuality*; *Seeing-as*.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----|----------------------------------|
| IF | <i>Investigações Filosóficas</i> |
| DC | <i>Da Certeza</i> |
| BT | <i>The Big Typescript</i> |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 2 OS FUNDAMENTOS DO PROBLEMA: OBSERVAÇÕES PRELIMINARES..... | 14 |
| 3 O MÉTODO FILOSÓFICO DE LUDWIG WITTGENSTEIN..... | 16 |
| 3.1 O esboço de um método..... | 16 |
| 3.2 Terapia gramatical: pontos fundamentais..... | 17 |
| 3.2.1 <i>Uma filosofia ancorada na linguagem.....</i> | 17 |
| 3.2.2 <i>As condições de significação: usos habituais e formas de vida.....</i> | 18 |
| 3.2.3 <i>Significação em Wittgenstein: a gramática dos usos e a questão das essências. . .</i> | 19 |
| 3.2.4 <i>A natureza dos problemas filosóficos.....</i> | 23 |
| 3.2.5 <i>“A força das Imagens” e o papel da filosofia.....</i> | 24 |
| 4 A APLICAÇÃO DO MÉTODO AO PROBLEMA..... | 27 |
| 4.1 Notando o aspecto literário de um texto..... | 27 |
| 4.1.1 <i>Observações preliminares: a desconfiança frente às definições.....</i> | 27 |
| 4.1.2 <i>Um pouco mais sobre o problema da definição: uma Imagem essencialista à luz da gramática dos aspectos.....</i> | 27 |
| 4.1.3 <i>Uma intuição inicial.....</i> | 29 |
| 4.1.4 <i>“Dois empregos da palavra ‘ver’”: notar um aspecto, ver e ver-como.....</i> | 30 |
| 4.2 A aspectualidade dos conceitos..... | 32 |
| 4.2.1 <i>Da possibilidade de se notar aspectos em conceitos.....</i> | 32 |
| 4.2.2 <i>Do aspecto literário de um texto à literatura como conceito aspectual.....</i> | 34 |
| 4.3 O que queremos dizer quando dizemos <i>literatura</i> : do engajamento numa prática ao fenômeno da significação..... | 35 |
| 4.3.1 <i>Literatura como prática: um uso possível do conceito.....</i> | 36 |
| 5 CONCLUSÃO..... | 39 |
| REFERÊNCIAS..... | 41 |

1 INTRODUÇÃO

Não é incomum encontrarmos, já nas primeiras páginas de ensaios ou manuais introdutórios a estudos literários, a pergunta “*o que é literatura?*”. Tampouco é estranho que questionamentos dessa natureza, devido à sua estrutura, suscitem respostas comprometidas com definições, cujo fito, não raro, é destacar certo conjunto de *qualidades ou características intrínsecas, exclusivas e relativamente estáveis*¹ que, quando reunidas num determinado objeto, permitem-nos designá-lo por *literatura*², independentemente de qualquer contexto.

A definição, nesses termos, funciona como instrumento da *identificação* de escritos como literários – tornamo-nos capazes, em outras palavras, de apontar as *características literárias* de determinado texto, distinguindo-o, devido a elas, de exemplares pertencentes a outros gêneros textuais. Essa abordagem, habitual em disciplinas teóricas, concentra esforços em delimitar, tão rigorosamente quanto possível, as condições necessárias e/ou suficientes para que possamos chamar algo de *literatura*.

A teoria literária produziu respostas distintas à questão apresentada, nas quais se revela ao menos um traço em comum: a intenção de desvendar *o que deve (ou pode) estar em jogo para que possamos falar em “literatura”*. É também a essa última intenção que se vincula o presente trabalho.

Gostaríamos, porém, de abordar a questão sob um ponto de vista distinto. Seguiremos, em tal propósito, o método desenvolvido por Ludwig Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas* (1953), obra mais significativa da segunda fase do seu pensamento.

Na esteira do projeto filosófico tardio de Wittgenstein, ancorado no método da *terapia gramatical* e menos preocupado com definições do que com a investigação dos *usos habituais que fazemos da linguagem em determinados contextos de significação*, pretendemos reorientar a abordagem apresentada. O núcleo da nossa análise consistirá em inquirir, à luz da noção de *notar um aspecto* e algumas de suas correlatas (*ver-como* e *representação*), desenvolvidas pelo filósofo austríaco na Seção XI, Parte II das *Investigações Filosóficas*, em que sentido a explicitação do o fenômeno de *ver* um texto *como* literário – isto é, *notar o aspecto literário* de um texto³ – nos ajuda a fazer justiça à significação do conceito de

¹ Os itálicos ao longo do texto destacam conceitos técnicos, além de expressões ou trechos que pretendemos enfatizar.

² O termo destacado refere-se à arte literária em geral, sem distinção de gêneros. Neste trabalho, as expressões “literatura” e “arte literária” serão empregadas como sinônimas.

³ Remetemos, com este termo, à *dimensão escrita* da obra literária.

literatura. Intenta-se com isso aventar a hipótese de essa significação não emergir exclusivamente da identificação de qualidades intrínsecas ao texto, mas também de *atitudes possíveis* adotadas em circunstâncias específicas de interação entre autor, leitor, intenções etc. Isso é assim porque no movimento de *notar o aspecto literário de um texto* o que ocorre não é a captura de qualidades literárias inerentes ao escrito e imediatamente dadas à nossa percepção à revelia de qualquer cenário, mas a adoção de certas *atitudes específicas* fundamentadas em nossas *práticas linguísticas habituais*, as quais remetem a contextos e interações igualmente específicos, no contexto de uma forma de vida.

Sendo assim, iniciamos a nossa discussão na seção 2 com os fundamentos do problema. Apontamos brevemente como a tentativa de capturar um conjunto de qualidades intrínsecas, necessárias e comuns aos mais diversos gêneros literários é um projeto que, a despeito de sua longevidade, tem sido encarado com ceticismo por parte dos autores contemporâneos que refletem sobre literatura. Baseamos essa observação em passagens de Terry Eagleton e Peter Lamarque, dois teóricos representativos do ponto de vista destacado. Se, porém, eles estiverem corretos, surge a questão de saber se não haveria alguma maneira alternativa de fazer jus à significação do conceito *literatura* sem incorrer naquelas abordagens tradicionais. Sugerimos que sim, e que uma possível resposta pode ser articulada a partir do pensamento do filósofo Ludwig Wittgenstein.

A seção 3, estribada na leitura das *Investigações Filosóficas* e dos comentários de Arley Moreno em *Wittgenstein – Através das Imagens* (1995), delinea os aspectos gerais do método wittgensteiniano da terapia ou descrição gramatical. A análise de conceitos caros à obra do autor, como *jogos de linguagem* e *formas de vida*, tem por condão apontar como a sua preocupação central consistia em desfazer as confusões em que nos enredamos quando incorremos num mau uso da linguagem. Extraímos daí a suma importância do contexto de uso para o fenômeno da significação, o que demonstrará que o fundamento para os nossos conceitos e experiências não reside em teses metafísicas, definições veiculadoras de essências nem princípios últimos, mas *nos usos que efetivamente fazemos da linguagem*, os quais decorrem das nossas práticas habituais fundamentadas em nossa forma de vida. Ainda nesse sentido, apresentamos a noção de *Imagem (Bild)* e indicamos o seu protagonismo no pensamento wittgensteiniano, pois são justamente as *Imagens* (interpretações dogmáticas e derivadas de forçamentos sobre a linguagem) que por assim dizer cativam o nosso pensamento, gerando confusões e problemas filosóficos, os quais suscitam a aplicação da

terapia gramatical a fim de nos libertar das amarras que nos mantinham “enfeitiçados” por certos empregos da linguagem.

A seção 4, por sua vez, já com o respaldo do aparato conceitual wittgensteiniano destrinchado na parte anterior, tratará de aplicar a terapia gramatical ao nosso problema, o qual será então enunciado em termos mais precisos. Recorre-se, para tanto, às distinções conceituais estabelecidas pelo pensador austríaco entre o que ele chama de *ver* e *ver-como* na seção XI da Parte II das *Investigações Filosóficas*, onde também se introduz a noção de *aspecto*. Empregamos esses operadores filosóficos, além do conceito correlato de *representação*, a fim de entender o movimento por meio do qual o leitor, ao adotar uma atitude específica, *nota o aspecto literário de um texto*, isto é, identifica a instância literária do discurso textual.

Iniciamos a seção apontando como a tentativa de definir peremptoriamente a arte literária, vista com ceticismo por parte dos filósofos da literatura contemporâneos, pode veicular uma *Imagem*. Sugerimos, em seguida, que as várias formas possíveis de se ler uma obra encerram posturas distintas frente a ela, e a captura de suas qualidades propriamente literárias decorrem de uma série de fatores, dentre os quais se inclui o modo como o leitor encara o texto em sua totalidade. Verifica-se aí que o fenômeno da *apreensão literária* é promovido não pela disponibilidade imediata do conteúdo literário de um texto ao leitor, mas através da adoção de determinada *atitude específica* frente ao escrito, a qual, por sua vez, reflete uma leitura igualmente específica.

Ora, se não é verdade que a apreensão literária decorre exclusivamente de elementos intrínsecos ao texto, desfaz-se a *Imagem* pintada acima e abre-se espaço para que se aponte novos usos do conceito de *literatura*, reforçando a dissolução daquela *Imagem* como forma privilegiada da significação deste conceito. Com o fito de explorar esses novos usos, conforme já salientado, precisaremos compreender as noções de *ver* e *ver-como*, as quais apresentamos em seguida visando fundamentar a opinião de que o conceito *literatura* pode ser encarado como um conceito aspectual.

Finalmente, no intuito de atestar outras formas possíveis de significação do conceito da arte literária que fujam ao tradicional paradigma das definições essencialistas, exploramos rapidamente, a título de exemplo, a concepção da literatura como prática composta de atividades governadas por regras. Inspirada nas lições de Wittgenstein, essa visão elaborada

por Peter Lamarque sugere uma perspectiva dinâmica e não essencialista do fenômeno literário.

A nossa análise, portanto, se exitosa, terá evidenciado que a significação do conceito de *literatura* não se reduz à listagem de qualidades intrínsecas, mas pode ser também pensada, como já dito, a partir das atitudes adotadas frente às obras literárias, o que subverte a *Imagem* descrita e assinala múltiplas vias alternativas de significação do conceito, denotando inclusive certa abertura para usos possíveis de textos literários, ao mesmo tempo em que refletimos melhor o seu uso efetivo.

2 OS FUNDAMENTOS DO PROBLEMA: OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

Os estudos literários, assim como diversas outras disciplinas teóricas, costumam lançar mão de aparato conceitual próprio para abordar os seus objetos de estudo e investigar problemas a eles vinculados. A manipulação adequada de conceitos revela-se, assim, uma das condições de possibilidade de pesquisa e debates nessa área; logo, é natural haver certo investimento na elaboração de definições. Seja no âmbito filosófico, da teoria ou da crítica, estudiosos comprometeram-se, em maior ou menor grau, com a empresa de fornecer uma *definição* da arte literária, questionando-se o que seria, afinal, a literatura.

De fato, muitas definições foram tentadas ao longo do tempo. Desde Aristóteles, passando por David Hume, até contemporâneos como Terry Eagleton e Peter Lamarque, muitos pensadores cunharam suas próprias visões sobre o que devia ser o caso para que um objeto fosse tido como artístico ou literário⁴.

A filosofia da literatura contemporânea⁵, por sua vez, tem sido cética quanto a esta empreitada. Fora eventuais exceções⁶, há dados bibliográficos suficientes para apontarmos a convergência em torno da ideia da indisponibilidade de um conjunto substantivo e não circular de condições necessárias e suficientes capazes de definir a literatura (cf. LAMARQUE, 2002, p. 286). O filósofo e crítico literário Terry Eagleton, por exemplo, mesmo após sugerir, em resposta à questão “*o que é literatura?*”, que esta última deve ser compreendida como “[...] um tipo de escrita altamente valorizada [...]” (EAGLETON, 2008, p. 9, tradução nossa), indica que não há essência alguma que lhe deva ser atribuída: “A literatura, no sentido de um conjunto de obras de valor certo e inalterável, diferenciada por certas propriedades inerentes compartilhadas, não existe” (EAGLETON, 2008, p. 9, tradução nossa). Tais propriedades seriam conferidas a determinados textos segundo critérios forjados culturalmente.

Não se pretende defender que o comprometimento com certo sentido específico do conceito *literatura* deva ser completamente abandonado. Essa postura pode mesmo ser importante em algumas circunstâncias, a exemplo do ensino literário para jovens em formação

⁴ Com efeito, embora a concepção de *literatura* como *arte literária* emergja apenas no período romântico, o problema da identificação do que atualmente designamos por obras literárias já ocupa os filósofos há mais tempo. Cf., nesse sentido, EAGLETON, 2008, p. 15-46.

⁵ A filosofia da literatura é uma área “[...] interessada na ‘arte’ da literatura, seu lugar na estética, os tipos de prazer que ela fornece e os valores pelos quais é celebrada” (LAMARQUE, 2009, p. 30, tradução nossa).

⁶ Em GASKIN, 2013, p. 32, encontra-se uma definição autoral do conceito de literatura. Para uma exposição mais abrangente e de cunho histórico sobre definições da arte literária, cf. LAMARQUE, 2009, p. 29-83.

escolar. Em casos assim, a orientação fornecida por uma definição não é problemática – tem, pelo contrário, inegável utilidade prática. Deve-se observar apenas que tal postura denota *mais uma* dentre várias formas possíveis de se lidar com o conceito, as quais, apesar de eventualmente unilaterais, têm o condão de esclarecer as maneiras diversas como lidamos com o âmbito artístico, conforme sugere Richard Eldridge (2014, p. 4-5).

A despeito disso, interessa-nos enfatizar, com Eagleton e Lamarque, a inevitável parcialidade das definições de *literatura*. Por mais elegantes, úteis e bem formuladas que sejam, comprometem-se com um modelo muito específico de significação, concentrando esforços na listagem de características intrínsecas a obras literárias em geral. Se isso é verdade, devemos moderar nossas expectativas quanto às definições e questionar *se não haveria, afinal, outras possibilidades de fazer jus à significação do conceito “literatura” sem recorrer à atribuição de características intrínsecas, essenciais e homogêneas à arte literária*.

Uma possível resposta a essa questão, conforme pretendemos argumentar, passa pela obra do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein. A fim de avançar a discussão nesse sentido, será preciso antes oferecer um panorama, ainda que geral, do método filosófico wittgensteiniano. Não pretendemos elaborar uma exposição ampla nem exaustiva de suas posições, mas tão somente destacar os pontos cruciais à articulação do nosso problema. Nós o faremos amparados sobretudo na leitura da obra wittgensteiniana realizada por Arley Moreno em *Wittgenstein – Através das Imagens*, com o eventual acréscimo, quando necessário, das observações de outros comentadores.

3 O MÉTODO FILOSÓFICO DE LUDWIG WITTGENSTEIN

3.1 O esboço de um método

Em 1953, a publicação póstuma das *Investigações Filosóficas* trouxe oficialmente à tona uma síntese do pensamento de Ludwig Wittgenstein no período posterior ao *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921). Para além das relevantes mudanças no conteúdo das ideias defendidas anteriormente, erige-se nesta obra uma série de reflexões novas acerca do próprio exercício filosófico, as quais, unidas ao tratamento conferido pelo autor aos problemas examinados, inauguram um novo paradigma para a filosofia.

Após o *Tractatus*, cujo projeto consistia em “[...] apresentar os fundamentos últimos e necessários da significação linguística” (MORENO, 1995, p. 112), Wittgenstein, imbuído da crescente orientação pragmática que vai assumindo o seu pensamento, voltar-se-á sobretudo ao exame das múltiplas vias possíveis da significação, tarefa estribada na “[...] descrição de regras de uso das palavras em expressões linguísticas *gramaticais* [...]” (MORENO, 2012, p. 90). O interesse repousa, portanto, menos em uma interpretação dogmática da realidade, da linguagem ou do conhecimento do que em uma descrição da *gramática dos usos das palavras*.

Surge assim a *terapia ou descrição gramatical*, método filosófico que, numa proposta terapêutica⁷, e por meio de uma série variada de técnicas como exemplos, analogias e experimentos de pensamento, dirige a sua atenção a investigar como determinados usos da linguagem têm o poder de capturar o nosso entendimento, deixando-o refém de concepções falsas ou excessivamente limitadas da realidade, ou ainda que levem os conceitos relevantes longe demais. A atenção repousa no que podemos então chamar de um *uso descuidado* da linguagem, o que dá origem a toda sorte de confusões.

É portanto contra a fixação do pensamento em interpretações exclusivistas, unilaterais e dogmáticas oriundas do uso equivocado da linguagem que trabalha a terapia gramatical. O papel da filosofia consiste em elucidar as causas das confusões decorrentes dessa fixação remetendo à análise da linguagem em seus contextos ordinários de uso, ou, se se quiser, à experiência da significação. Qualquer forma unilateral de significação que revele uma posição dogmática, tida como única possível, será posta em xeque enquanto Imagem, escrutinada em seus pormenores a fim de demonstrar que se trata de apenas mais uma dentre muitas

⁷ “O filósofo trata uma questão como uma doença.” (IF §255).

concepções possíveis – oriunda, provavelmente, de apenas uma dentre muitas formas possíveis de se fazer filosofia⁸. O resultado desse procedimento não é um conjunto de teses metafísicas ou a sugestão de determinado uso específico superior da linguagem. A filosofia não veicula nenhum tipo de inovação cognitiva sobre determinado objeto; a sua função consiste apenas em expor ou descrever perspectivas que, embora encobertas pelas confusões resultantes de certos usos da linguagem, já *estavam de certa forma ali*. Nesse sentido, apenas conduz as palavras “[...] de volta ao seu emprego cotidiano” (IF §116), deixando, no mais, “[...] tudo como é” (IF §124).

3.2 Terapia gramatical: pontos fundamentais

3.2.1 Uma filosofia ancorada na linguagem

O primeiro passo a ser dado rumo à elucidação do método wittgensteiniano é apontar a sua ênfase na dimensão pragmática da linguagem. Para Wittgenstein, “[...] falar uma língua é parte de uma atividade ou de uma forma de vida” (IF §23). Essa orientação procura identificar, no interior das mais diversas práticas linguísticas, as regras dos usos que normalmente fazemos da linguagem. Nesse viés, *linguagem* passa a designar “[...] um conjunto aberto de diferentes atividades envolvendo palavras, uma ‘família’ de situações em que usamos palavras relativamente a circunstâncias extralinguísticas” (MORENO, 1995, p. 15). São essas situações em especial que promovem a possibilidade da significação de uma palavra ou frase. Como sustenta Wittgenstein, se um sujeito diz que determinada proposição tem sentido para ele, “[...] então ele poderia perguntar-se, em que condições específicas se emprega realmente esta proposição. Nestas é que ela tem sentido” (IF §117). Sendo assim, o sentido de uma frase só se faz presente nas circunstâncias em que ela “é de fato” utilizada: “O que as palavras significam depende daquilo que estão fazendo – como funcionam – num contexto de uso” (CONANT, 2005, p. 60, tradução nossa). O significado não é, como se vê, uma propriedade *intrínseca* de uma palavra, expressão ou proposição, algo estanque, imutável e independente de qualquer contexto.

⁸ “Não existe *um* método em filosofia, o que existe são métodos, por assim dizer, diferentes terapias.” (IF §133).

3.2.2 As condições de significação: usos habituais e formas de vida

É nos contextos de uso, portanto, que se dá o complexo fenômeno da *significação*, a ser compreendido como a “[...] multiplicidade dos usos das respectivas palavras” (MORENO, 1995, p. 32). Do interior das nossas diversas práticas linguísticas, as quais serão examinadas por Wittgenstein a partir de uma categoria descritiva denominada *jogos de linguagem*⁹, emergem os *usos possíveis* das expressões e conceitos. Os movimentos nos jogos de linguagem ocorrem segundo regras específicas de significação, as quais

[...] não se justificam através de fundamentos últimos, pela remissão a uma realidade ou a uma finalidade absoluta; são regras convencionais e arbitrárias que independem dos conteúdos aos quais as palavras possam ser aplicadas. (MORENO, 1995, p. 51)

É no terreno das regras que são dadas as condições de possibilidade de significação. Nesse âmbito, uma vez que as palavras passam a fazer parte das nossas práticas linguísticas – isto é, dos nossos jogos de linguagem –, a sua independência relativa a conteúdos extralinguísticos deve ser apontada. Essa independência entre as palavras (signos) e objetos designados, ideia que a princípio causa alguma perplexidade, decorre do fato de as condições de significação e sua relação com a realidade serem dadas *inteiramente no interior da linguagem* (MORENO, 1995, p. 51). Quando os conceitos¹⁰, por meio das regras, passam a fazer parte das nossas práticas linguísticas, ou seja, quando *adentram os nossos jogos de linguagem*, é nesse nível, *enquanto conceitos em uso*, que passam a ser considerados.

A consequência disso é considerável: não há nada que esteja, por assim dizer, *fora* da linguagem. Embora não se negue a existência do extralinguístico – a dimensão empírica, a dimensão psicológica etc. –, ele só entra no nosso campo de visão, ou de experiência, por meio das nossas práticas linguísticas. Sob o ponto de vista gramatical, por exemplo, não interessa saber se, ao dizermos “dor”, estamos realmente descrevendo uma sensação física ligada a estados mentais específicos. Encontramo-nos, aí, na *dimensão do puramente conceitual*. A palavra “dor” entra nos nossos jogos de linguagem apenas como um *conceito*, aberto às possibilidades de uso dadas pelas regras gramaticais. Sua compatibilidade com

⁹ A expressão *jogos de linguagem* indica “[...] a totalidade formada pela linguagem e pelas atividades com as quais ela vem entrelaçada” (IF §7). Wittgenstein enfatiza neste conceito “[...] a variedade de instrumentos da linguagem e seus modos de aplicação [...]” (IF§23). Cf. IF §23 para exemplos variados de jogos de linguagem.

Ainda a esse respeito, observa-se: “O objetivo do termo é chamar a atenção para o entrelaçamento de palavras e práticas, para nos mostrar que não podemos entender uma palavra ou expressão a menos que entendamos a prática da qual elas fazem parte. O conceito de ‘jogos de linguagem’ nos diz que aprender uma língua não é aprender uma lista de nomes, mas ser treinado em – aprender a reconhecer e participar de – um vasto número de práticas humanas” (MOI, 2017, p. 44, tradução nossa).

¹⁰ Um conceito é um referencial convencional de organização da experiência (cf. MORENO, 1995, p. 33).

processos fisiológicos ou psicológicos é *totalmente irrelevante* – ela, afinal, *não entra na linguagem*. A ênfase reside apenas na *posição* da palavra na prática linguística, isto é, na significação (usos possíveis) da palavra “dor” e nos comportamentos que lhe estejam associados. O critério público e compartilhado por meio do qual se possibilita a inteligibilidade é o próprio *uso da palavra* – aquilo que ela está fazendo na linguagem. Isso, vale repetir, não significa que as sensações ou processos fisiológicos da dor não existam *enquanto tais*, mas que sobre eles *nada podemos afirmar* com segurança à revelia dos conceitos relevantes. Não se pode descrevê-los “[...] a não ser no interior da linguagem através dos conceitos [...]. Tais objetos não são identificáveis senão gramaticalmente, segundo as regras convencionais da linguagem” (MORENO, 1995, p. 63).

É tão somente no interior da linguagem, portanto, que os conceitos e seus objetos de remetimento *ganham realidade*, e não de ligações causais com os objetos a que se aplicam (cf. MORENO, 1995, p. 103). O *Mundo*, onde se dão os processos empíricos relativamente estáveis sob cuja responsabilidade está a garantia do fundamento arbitrário e consensual que funciona como pano de fundo para a gramática das formas de vida (objeto da descrição gramatical), não entra em jogo para explicar o fenômeno da significação. Embora haja relação entre o *Mundo* e a linguagem, “[...] não é, entretanto, a uma descrição de processos empíricos e comportamentais que se dirige a terapia wittgensteiniana, mas sim à ‘gramática’ das formas de vida que são os jogos de linguagem” (MORENO, 1995, p. 16). Assim, é o uso mais ou menos estável que fazemos da linguagem, nos contextos da nossa forma de vida, o que autoriza à descrição gramatical orientar-se não a princípios, processos psicológicos ou objetos empíricos, mas única e exclusivamente para a própria linguagem em sua dimensão autônoma de funcionamento.

3.2.3 Significação em Wittgenstein: a gramática dos usos e a questão das essências

Wittgenstein atesta que, frente à impossibilidade de se falar com segurança a respeito do âmbito extralinguístico, não nos é dado afirmar nada a respeito da essência de qualquer coisa – ao menos não ao modo como o termo *essência* é tradicionalmente compreendido.

Para a terapia filosófica, a essência traduz apenas o lugar ocupado pela palavra em jogos de linguagem, fornecida não pela sua compatibilidade com objetos no mundo, mas sim por regras de uso. Tal perspectiva rompe significativamente com modelos clássicos de

significação arraigados no imaginário filosófico habitual, sobre os quais comenta John Gibson:

Quando explicamos a relação entre uma representação linguística e seu objeto, invocamos as distinções comuns entre a expressão de referência e seu referente [...], [...] a realidade e as nossas interpretações sentenciais a seu respeito. Nós olhamos através da janela e usamos nossas palavras [...] para refletir [...] o que vemos. A ideia de associar palavra e mundo se torna uma questão de êxito representacional, de se o que dizemos quando olhamos para fora da janela é um retrato adequado de como as coisas são do outro lado. (GIBSON, 2003, p. 53, tradução nossa).

Nesse cenário tradicional, a questão da significação passa a ser o da aplicação correta da linguagem aos diversos tipos de fenômeno que ela procura representar. Em outras palavras, é como se a linguagem pudesse descrever com rigor, clareza e objetividade aquilo a que ela se refere¹¹ – a *realidade enquanto tal*; *objetos no mundo* e suas qualidades intrínsecas.

Na perspectiva wittgensteiniana, o mundo, por assim dizer, já está *contido na linguagem*. Não podemos significá-lo a não ser no interior das nossas práticas linguísticas. Os conceitos, a partir dos usos relativamente estáveis que deles fazemos, fundamentam o critério público da significação: eles nos indicam como transitar pelos jogos de linguagem. Os critérios compartilhados de uso garantem, assim, o sucesso da comunicação. É somente por meio deles que acessamos a realidade, e é nesse sentido que ela *está contida* na linguagem.

Talvez um exemplo nos ajude a assimilar melhor a perspectiva wittgensteiniana. O chamado *princípio da identidade*, segundo o qual todo objeto é igual a si mesmo, não aponta um *algo*, uma entidade propriamente dita, qual seja, a *identidade enquanto tal*. O princípio da identidade nada mais é do que uma espécie de *regra ordenadora da nossa experiência* ancorada nas nossas formas de vida: a qualidade que possui um objeto de ser igual a si mesmo é um *traço fundante da nossa experiência*, das nossas *atitudes* em relação ao mundo. A analogia com o jogo de xadrez pode ajudar aqui: é preciso conhecer os usos possíveis das peças e saber aplicar as regras adequadas a fim de jogá-lo. A experiência de jogar xadrez só pode ser realizada em conformidade com essas regras, as quais constituem condição necessária da sua “jogabilidade”. Nesse cenário, a identidade funciona para a nossa experiência como as regras de movimentação funcionam para as peças do xadrez: ela informa o modo como devemos organizar a nossa experiência, isto é, “jogar o jogo” – o que, no âmbito linguístico, refere-se ao domínio dos usos possíveis dos conceitos nas nossas diversas práticas linguísticas.

¹¹ Cf. FREGE, 2009, p. 129-158, para um modelo clássico de significação nesses moldes.

Não seria também o caso de questionar a *natureza* ou *essência* da identidade, o que equivaleria, na metáfora do xadrez, a questionar a natureza ou fundamento das próprias regras do jogo. Ou seja, mostrar que as relações modais de necessidade e suficiência assentam em gestos arbitrários não implica a sua inaplicabilidade, o que transformaria a terapia gramatical numa iconoclastia – coisa que ela não é. Não se questiona, igualmente, quais evidências empíricas sustentam a aplicação das regras, pois o seu estabelecimento é *anterior* a qualquer empiria. Nesse âmbito, exclusivamente gramatical, não há nada a ser fundamentado ulteriormente. Não se *prova* a verdade das regras porque elas são *o próprio fundamento*: “Se o verdadeiro é o que é fundamentado, então o fundamento não é *verdadeiro* nem falso” (DC §205), como nos diz Wittgenstein. Estamos aí na dimensão das regras – elas próprias sem fundamento – que informam os usos legítimos da linguagem.

Assim, se as regras gramaticais nos parecem necessárias não é porque consistam elas mesmas em *verdades necessárias*, já que se fundam no âmbito consensual e arbitrário das nossas formas de vida. Como regra gramatical, tudo que o princípio da identidade supõe são certas *práticas linguísticas*, as quais revelam uma *convenção* de uso das palavras (cf. MORENO, 1995, p. 88-89). O caráter aparentemente necessário do princípio da identidade, para retomar o nosso exemplo, evidencia-se porque na nossa experiência não vislumbramos a possibilidade de um objeto não ser igual a si próprio. Não vislumbramos regras que estejam em desacordo com aquelas que nos são úteis e habituais. Essas regras alternativas simplesmente não compõem a nossa experiência; não estão de acordo com a nossa forma de vida, isto é, com as condições habituais de significação. Casos especiais, como o de certas partículas quânticas, são exceções que justamente evidenciam a natureza dessa regra.

Devido à sua função gramatical, a “essência”, como se viu, não tem nenhum caráter metafísico. Ela só pode ser de natureza linguística, emergindo das

[...] diversas práticas que, juntamente com a linguagem, constituem a gramática das palavras, produzindo, assim, os conceitos com os quais pensamos e agimos. O valor objetivo do conhecimento está diretamente ligado às nossas “formas de vida”. Tal seria a fisionomia de um projeto epistemológico de inspiração gramatical. (MORENO, 1995, p. 105)

Logo, se a realidade *enquanto tal* não é acessada pela linguagem, a essência “[...] é expressa pela gramática” (IF §371) – caberia a ela dizer “[...] que espécie de objeto uma coisa é” (IF §373). Quando questionamos acerca de essências, na verdade pedimos informação

sobre as regras convencionais que fornecem o uso de determinado conceito na linguagem. Tais regras, de natureza gramatical, são constitutivas da linguagem na medida em que

[...] especificam o que podemos significativamente alegar ser o caso, e portanto nós olhamos para elas a fim de enxergar o que podemos [...] dizer da realidade. Não tem sentido a ideia de que a justificação daquilo que dizemos encontra-se totalmente fora da linguagem [...]. Ela se encontra no interior da nossa linguagem, na perspectiva com a qual confrontamos a realidade. A gramática, no sentido amplo em que Wittgenstein usa o termo, oferece as condições para se alegar que algo seja um *isto*, a condição mesma de discernir uma coisa como este ou aquele tipo de coisa, para falar de qualquer coisa como sendo algo. A “essência” de que falamos – concebida não como uma presença metafísica mas como esta expressão linguística de “que tipo de objeto uma coisa é” – encontra-se no nosso quadro de referência, nossa linguagem (GIBSON, 2003, p. 55, tradução nossa).

Seria importante, neste ponto, a fim de evitar embaraços oriundos de alegações sobre essências, distinguir as *proposições gramaticais* daquelas meramente *descritivas*. Como nos diz Moreno,

Contrariamente às proposições empíricas, as proposições gramaticais, segundo Wittgenstein, possuem a característica da necessidade, têm o estatuto de regras *normativas* que são aplicadas como critério para selecionar – excluir ou admitir – outras proposições. [...] A necessidade das proposições gramaticais está ligada ao estabelecimento de convenções linguísticas que são, por sua vez, arbitrárias. (MORENO, 1995, p. 74).

Convém entender melhor o sentido em que proposições gramaticais nos informam regras de uso. A proposição “ $A = A$ ”, por exemplo, se tomada no sentido descritivo, nos levará à seguinte interpretação, formulada na proposição *p* a seguir: “Cada objeto é idêntico a si próprio em condições estáveis”. Por outro lado, podemos também dizer que *p* veicula um *conteúdo gramatical*, qual seja, o uso da palavra “idêntico” para relacionar um objeto consigo próprio quando ele for estável (cf. MORENO, p. 75-78).

Ao explicitarmos a dimensão gramatical dessa proposição de identidade, observamos por que há nela o caráter da *necessidade*: trata-se de uma regra que organiza, instrui e, por isso mesmo, *determina* a nossa experiência. A esfera do gramatical corresponde, conforme se observa, às regras que norteiam a significação e o uso da linguagem. Trata-se do arcabouço referencial que organiza a nossa experiência e é dado no interior da linguagem – a gramática das formas de vida. Isso significa, em suma, que o campo de investigação do filósofo da gramática serão aquelas práticas ligadas à linguagem em que se ancoram as regras de uso das palavras – regras as quais, embora arbitrárias, possuem, como vimos, certa estabilidade, uma

vez que nos instruem sobre as condições de possibilidade de significação. É nesse sentido também que essências são formulações de regras de uso da linguagem: não porque existe uma ligação causal entre signo e referência no mundo, mas porque há uma conexão entre regras e usos de palavras.

3.2.4 A natureza dos problemas filosóficos

Em sua leitura das *Investigações*, Moreno destaca a centralidade do conceito de *Imagem* para caracterizar a natureza dos problemas filosóficos. O emprego mais explícito do termo por Wittgenstein dá-se na seguinte passagem: “Uma *imagem* [*“Bild”*] mantinha-nos prisioneiros. E não podíamos escapar, pois ela residia em nossa linguagem, e esta parecia repeti-la para nós, inexoravelmente” (IF §115).

Segundo Arley Moreno, as *Imagens*¹², para Wittgenstein, “[...] correspondem a ‘más interpretações’ [...] de nossas expressões habituais” (MORENO, 1995, p. 35). É como se fôssemos levados a falar *fora dos jogos de linguagem*, isto é, em inobservância às regras gramaticais que conferem sentido aos nossos conceitos e expressões em íntima conexão com a nossa forma de vida. A linguagem é subvertida, distanciando-se dos sentidos habituais, o que cria embaraços. Daí por que, na concepção de Wittgenstein, problemas filosóficos seriam, na verdade, *confusões gramaticais*.

Isso é assim porque a filosofia é um campo reiteradamente marcado por teorias cujos questionamentos pretendem chegar a conclusões a respeito de coisas como a “essência” dos objetos, a “natureza” do espaço e do tempo, a existência dos universais etc. Em questões desse tipo, observa Wittgenstein, algo curioso acontece: “[...] nós encontramos palavras cujo significado é bem conhecido por nós a partir do cotidiano sendo usadas num sentido ultrafísico” (BT, §91, p. 315e, tradução nossa)¹³. Como vimos, o erro de uma abordagem assim consiste em acreditar que há algo fora da linguagem a ser apreendido. É precisamente quando tentamos abstrair as palavras dos seus contextos de uso, isto é, quando supomos haver um *uso específico* que seja o *mais adequado ou preciso*, levando os conceitos “longe demais”,

¹² Ao longo do texto, usaremos a expressão *Imagem* em itálico, com inicial maiúscula, em referência ao conceito técnico em alemão: *Bild*. Embora a expressão apareça em alguns momentos do texto de Moreno sem itálicos ou maiúsculas, optamos por grafá-la do modo assinalado a fim de evitar confusões.

¹³ Não devemos, segundo Wittgenstein, encarar isso com estranheza: “Enquanto existir um verbo ‘ser’ que parece funcionar como ‘beber’ e ‘comer’, enquanto houver os adjetivos ‘idêntico’, ‘verdadeiro’, ‘falso’, ‘possível’, enquanto houver conversa sobre um fluxo do tempo e expansão do espaço [...], humanos continuarão a enfrentar as mesmas dificuldades misteriosas, e encarar algo que nenhuma explicação parece conseguir remover” (BT, §90, p. 312e, tradução nossa).

que têm início as confusões filosóficas. Dá-se então a tentativa de empregar tais palavras de um modo estranho ao nosso uso habitual da linguagem¹⁴, afirmando, por exemplo, que “o ser é”, num flagrante desvio do emprego de um verbo (“ser”) como substantivo a exercer função sintática de sujeito (“o ser”), ao qual se atribui a qualidade ontológica de existir – o que causa estranheza.

Nesses casos, Wittgenstein reorienta o problema. Quando alguém pergunta “o que é o ser?” ou “o que é a natureza?”, devemos considerar tal pergunta não como a busca por uma essência, mas, conforme já se salientou, por uma regra gramatical. Há um impasse relativo ao uso dos nossos conceitos que deve ser esclarecido, pois origina confusões.

3.2.5 “A força das *Imagens*” e o papel da filosofia

As *Imagens* passam a ser um problema quando tomadas dogmaticamente. Elas detêm uma influência considerável sobre nós, capturando o nosso pensamento de modo significativo – são interpretações para as quais parecemos não encontrar alternativas. Atribuímos-lhes a característica da necessidade porque interpretamos a significação a partir de um modelo único: “A razão e a linguagem incorrem no dogmatismo, não por elegerem *falsas* aplicações dos conceitos, mas por *privilegiarem* uma aplicação impondo sua dieta unilateral ao pensamento” (MORENO, 1995, p. 136). Nesse ponto, é preciso reorientar o entendimento rumo à compreensão de como efetivamente ocorrem os processos de significação informados pela gramática em uma forma de vida.

As *Imagens*, assim, constroem o nosso pensamento porque restringem o uso que fazemos da linguagem. Sua qualidade aparentemente necessária

[...] é [...] o resultado de convenções a respeito dos usos das expressões linguísticas quando esses usos têm raízes profundas em nossas formas de vida – e quando, por razões circunstanciais e empíricas, não foram previstos usos para as expressões que lhes são contrárias. (MORENO, 1995, p. 36-37)

É contra os usos indevidos da linguagem, os quais normalmente inclusive procuram transcendê-la – seja postulando entidades mentais específicas como condição do significado, seja simplesmente sugerindo um uso superior acima dos demais e deslocado dos contextos de significação –, que a terapia gramatical atuará. Em outras palavras, ao nosso pensamento quando orientado por modelos unilaterais e dogmáticos da significação.

¹⁴ “Quando os filósofos usam uma palavra – ‘saber’, ‘ser’, ‘objeto’, ‘eu’, ‘proposição’, ‘nome’ – e almejam apreender a essência da coisa, devem sempre se perguntar: esta palavra é realmente sempre usada assim na linguagem [...]?” (IF §116).

Assim, a matéria-prima da terapia gramatical são as *Imagens*, as interpretações inadequadas que produzimos sobre conceitos. A terapia gramatical, por conseguinte, é o método filosófico que nos permitirá elucidar confusões que se dão quando construímos concepções equivocadas decorrentes do mau uso da linguagem. Para Wittgenstein, é preciso então retornar à gramática, elucidando as regras – consensuais, arbitrárias e fundadas, no limite, em nossa forma de vida – que compõem o funcionamento da linguagem, “[...] por meio do exame de exemplos concretos como meio para atingir um novo modo de olhar para as coisas” (MCGINN, 1997, p. 23, tradução nossa). Observa-se aí o duplo papel da filosofia: *descritivo e terapêutico*.

Em sua dimensão descritiva, a filosofia deve ser capaz de destrinchar os processos que dão origem aos usos equivocados ou forçados da linguagem, apontando de que modo eles se distanciam dos nossos usos habituais. Rejeita-se falsos argumentos por meio da demonstração detalhada de cada erro, da clarificação do uso da linguagem¹⁵. Tal demonstração se dá por meio da apreciação das aplicações dos conceitos nos diferentes jogos de linguagem, a fim de relativizar interpretações dogmáticas da significação, o que resulta numa visão panorâmica dos mais diversos usos possíveis do conceito (MORENO, 1995, p. 58)

Em sua dimensão terapêutica, tratando uma questão como uma doença (cf. IF §255), a filosofia, ao asseverar fatos linguísticos, procura delinear certa visão que, no limite, desdobra-se numa mudança de atitude para com os usos da linguagem. Dissolver um problema filosófico consiste em conduzir as palavras do seu emprego metafísico novamente ao seu emprego cotidiano (cf. IF §116), de modo que relembremos o uso devido da linguagem. Trabalha-se aí “[...] no entendimento de alguém. No modo com alguém enxerga as coisas” (BT, §86, p. 300e, tradução nossa). É preciso lembrar que a linguagem já é utilizada de um certo modo; querer empregá-la de maneira distinta carrega o perigo de irmos além do que a Gramática permite, um perigo de opacidade semântica e representacional gerada pela própria atitude filosófica:

O esclarecimento completo de uma dificuldade filosófica consistiria, então, em ver que o fundamento que se atribuía ao sentido [...] é [...] um fundamento convencional elaborado no processo de uso das palavras, sob a forma de regras normativas de sentido. A cura consistiria em admitir que o fundamento tradicional deva ser substituído por um fundamento *linguístico*, sem outro fundamento do que as técnicas envolvendo palavras, objetos do mundo exterior, estados mentais, ações entre interlocutores, e os mais variados aspectos das situações de interlocução, ou de aplicação das

¹⁵ “A reflexão terapêutica percorre todos esses diferentes espaços procurando esclarecer, em cada caso, as diversas formas de compreensão da significação, através da descrição minuciosa e da apresentação panorâmica de suas expressões linguísticas” (MORENO, 2012, p. 90).

palavras. Assim, é a gramática que define o que é o objeto, e não algo exterior ao uso das palavras” (MORENO, 2012, p. 75).

Para isso, a filosofia não formula novas teses ou explicações¹⁶, mas apenas esclarece usos, explicitando, por assim dizer, a disposição gramatical da nossa linguagem. Se problemas filosóficos são uma consciência da desordem dos nossos conceitos, a filosofia os resolve por meio de sua ordenação – destrói “antigos ídolos” sem criar novos. Ou, se se quiser, aponta o seu caráter (de ídolos), num gesto terapêutico. Tudo o que o filósofo da gramática pode fazer é “iluminar aspectos” de determinados usos das palavras, agindo sobre a vontade do sujeito e dissolvendo dogmatismos, substituindo-os por possibilidades de conceber e usar certas palavras. O objetivo da terapia gramatical não é a substituição de uma imagem por outra, mas sua dissolução a fim de explorar, e eventualmente ampliar, a paisagem semântica de um conceito.

A possibilidade de novos aspectos da significação oferece uma visão clara e organizada dos nossos usos linguísticos

Simplesmente colocando esses detalhes na direção correta, ou usando uma nova analogia ou comparação para nos levar a ver a nossa prática de usar a linguagem sob uma nova luz, nós descobrimos que atingimos o entendimento que pensávamos que poderia vir apenas com a construção de uma teoria” (MCGINN, 1997, p. 22, tradução nossa).

Eis por que a filosofia “deixa tudo como está”: ela não produz inovações a respeito do nosso conhecimento de determinado objeto, mas busca tão somente esclarecer quais usos da linguagem estariam *de acordo* com as nossas regras de significação. Cumpre-se aí o papel do filósofo na perspectiva de Wittgenstein, que no lugar de construir teses ou sistemas teóricos, procura apontar os mal-entendidos em que nos enredamos quando pretendemos subverter os usos ordinários da linguagem ou não compreendemos as bases sobre as quais esses usos se ancoram. Assim deve ser a filosofia: “[...] uma luta contra o enfeitiçamento de nosso intelecto pelos meios de nossa linguagem” (IF §109).

¹⁶ “E não nos é permitido levantar qualquer teoria. Não é permitido haver nada de hipotético em nossas reflexões. Toda *explicação* tem que sair e em seu lugar entrar apenas descrição” (IF §109).

4 A APLICAÇÃO DO MÉTODO AO PROBLEMA

4.1 Notando o aspecto literário de um texto

4.1.1 Observações preliminares: a desconfiança frente às definições

Conforme visto no início da seção 2, alguns autores representativos da filosofia da literatura contemporânea são infensos à aposta numa definição capaz de capturar qualidades intrínsecas e, por assim dizer, *essenciais* à literatura. Fica clara a aproximação desse ponto de vista com o pensamento de Wittgenstein, para quem a essência não é uma propriedade que inere a determinado objeto, passível de ser descrita numa definição capaz de listar qualidades intrínsecas. Na esteira da filosofia wittgensteiniana, uma vez que o conceito *literatura* passa a fazer parte dos nossos jogos de linguagem, sua significação não deve mais ser vista aos moldes fregeanos de sentido e referência, a representar objetos no mundo. A significação, isto é, a multiplicidade de usos possíveis de um conceito, ancora-se em regras que funcionam como critério de sua aplicação. Tais regras assumem natureza gramatical, pois, fundamentando-se em nossa forma de vida, informam usos de conceitos em determinados contextos específicos.

Diante disso, parece lícito afirmar que a tentativa de definir rigorosamente o conceito da arte literária tem elevado potencial de gerar uma *Imagem* – interpretação equivocada, demasiadamente restritiva ou dogmática de um conceito, a qual, devido à sua força, captura o nosso pensamento, dando origem a toda sorte de confusões. O papel da filosofia, então, é o de dissolvê-la, apontando justamente o caminho dos usos possíveis do conceito encobertos pela força das *Imagens*. É o que, com base na terapia gramatical, tentaremos fazer a seguir.

4.1.2 Um pouco mais sobre o problema da definição: uma *Imagem* essencialista à luz da gramática dos aspectos

É possível que o projeto de definir *literatura* de modo unívoco, abarcando qualidades intrínsecas comuns a todas as obras e gêneros literários, veicule uma *Imagem*, a qual doravante designaremos por *Imagem essencialista*.

Com efeito, Terry Eagleton sugere que

Não seria fácil isolar, de tudo o que tem sido [...] chamado ‘literatura’, uma série de propriedades inerentes. De fato isso seria tão impossível quanto identificar a única qualidade distintiva que todos os jogos têm em comum.

Não há, de modo algum, uma ‘essência’ da literatura (EAGLETON, 2008, p. 8, tradução nossa).

Eagleton observa ainda que a atribuição de valor literário a um escrito é variável no espaço e no tempo, advogando pela inexistência de qualquer *valor*¹⁷ *intrínseco* à literatura. O valor da arte literária é aquele que lhe é atribuído em determinada cultura, em determinado tempo, já que, segundo ele, não há “[...] uma obra ou tradição literária valiosa em si mesma, independentemente do que qualquer um tenha dito ou possa vir a dizer sobre ela” (EAGLETON, 2008, p. 10, tradução nossa). Sendo assim, a crença “[...] de que o estudo da literatura é o estudo de uma entidade estável e bem definida, como a entomologia é o estudo de insetos, pode ser abandonado como uma quimera” (EAGLETON, 2008, p. 9, tradução nossa).

Surge, então, a possibilidade de se considerar *literatura* como um conceito *em sentido wittgensteiniano*: não um signo que traduz essências, mas um referencial para a organização da nossa experiência, capaz de “[...] elucidar e organizar nossas práticas linguísticas e conceituais, numa situação em que nós estamos confusos pelas variedades da prática artística, [...] do que as pessoas dizem sobre ela, e pelo poderoso mas obscuro caráter das nossas próprias respostas” (ELDRIDGE, 2014, p. 285, tradução nossa) a seu respeito.

Conforme apontamos no início deste trabalho, muitas obras sobre estudos literários têm como ponto de partida o questionamento a respeito do que é a literatura. Se, então, a *Imagem essencialista* não nos servirá, pode ser o caso de investigarmos a significação do conceito sob análise por outra abordagem – uma abordagem que se debruce sobre o modo como se dá a significação do conceito *literatura* no interior das nossas práticas linguísticas. Isso está provavelmente de acordo com o pensamento estético de Wittgenstein, que embora não se resume a, possui uma importante dimensão *antiessencialista*:

Em vez de aceitar sem questionamento os problemas que os estudiosos da estética tradicionalmente enfrentaram e em seguida proceder ao desenvolvimento e elucidação de teorias criadas para responder àquelas questões, Wittgenstein ofereceu uma via de escape, ou um novo método de tratar aquelas questões clássicas. Centrais entre elas estavam as questões essencialistas de definição: “Quais propriedades essenciais um objeto deve possuir para se qualificar como uma obra de arte?” e “Que qualidade ou propriedade todas as obras de arte têm em comum?” (HAGBERG, 2017, p. vii, tradução nossa).

¹⁷ “‘Valor’ é um termo transitivo: ele significa o que quer que seja valorizado por certas pessoas em situações específicas, de acordo com critérios particulares e à luz de propósitos dados” (EAGLETON, 2008, p. 10, tradução nossa).

Evitando, assim, uma abordagem do conceito de *literatura* passível de gerar a *Imagem essencialista*, debruçamo-nos agora sobre outras possibilidades de significação.

4.1.3 Uma intuição inicial

Gostaríamos, neste ponto, de avançar uma intuição preliminar.

Há certamente várias formas de se ler um texto. Ainda que, por exemplo, tenhamos em mãos um exemplar de determinada obra canônica da arte literária, ela pode ser lida sob perspectivas distintas – digamos, a de um estudante de gramática atento à dimensão sintática do texto a fim de compreender os seus usos adequados; a do crítico profissional ao fazer juízos de valor sobre o conteúdo literário do texto; a do autor ao revisar o seu manuscrito etc. Tais perspectivas distintas resultam em leituras também distintas. E isso não apenas devido à possibilidade de emergirem daí interpretações variadas, o que seria trivial, mas sobretudo porque *atitudes diferentes* são adotadas diante do texto. Em cada leitura, um *aspecto distinto* do escrito é levado em consideração – ele é, por assim dizer, *encarado* de maneira distinta, com intenções distintas e, portanto, a partir de *posturas* distintas. Há, por conseguinte, uma íntima conexão entre a postura (dimensão atitudinal) e os diferentes aspectos de um texto que se revelam a depender da postura adotada (dimensão aspectual).

Se esta intuição estiver correta, pode-se admitir, com Peter Lamarque, que “[...] ser uma obra literária não é uma qualidade intrínseca de um texto, mas um papel numa prática social que alguns textos desempenham melhor ou pior que outros” (LAMARQUE, 2001, p. 455, tradução nossa). Disso devemos reter a ideia de que o literário, a dimensão literária do texto, emerge não apenas *da obra em si* como algo imediatamente dado à percepção, mas das *interações que se dão entre obra e autor, contexto, intenções etc.*

Ora, se uma mesma obra pode ser lida de várias formas, disso decorre que até mesmo um exemplar de literatura clássica como *Crime e Castigo* está aberto a diferentes leituras – *literárias e não literárias*¹⁸. Logo, não parece razoável assumir que uma abordagem *propriamente literária* das obras de literatura esteja *imediatamente dada* em qualquer leitura que delas se realize. O *aspecto literário* de um texto, por assim dizer, precisa *vir à tona*. Capturá-lo depende da adoção de um *olhar específico*, o qual revela uma *atitude específica* para com o texto, condição necessária para que o literário possa emergir, ensejando a adoção

¹⁸ Note-se também a possibilidade de haver tanto abordagens literárias de obras não propriamente literárias quanto leituras não literárias de obras da literatura. A distinção de gêneros fica confusa nesses termos. É o que sustenta Lamarque: “Ler Hume [...] ou a Bíblia como obras literárias é diferente de lê-los primariamente de um ponto de vista filosófico, histórico ou religioso.” (LAMARQUE, 2001, p. 454, tradução nossa).

do *ponto de vista literário* sobre o escrito A este fenômeno que permite ao sujeito *capturar o aspecto literário de um texto* chamaremos de *apreensão literária*¹⁹.

A apreensão literária nos termos apresentados é uma evidência no sentido de ser possível conceber a *literatura* de forma distinta da *Imagem* essencialista. Se isto é assim, questionamos então como novos caminhos de significação do conceito podem ser apontados a partir daí. Acreditamos que uma boa resposta à questão pode ser articulada a partir da ideia wittgensteiniana de *notar um aspecto* e alguns de seus conceitos correlatos.

4.1.4 “Dois empregos da palavra ‘ver’”: *notar um aspecto*²⁰, *ver* e *ver-come*

No início da Seção XI da Parte II das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein revela a intenção de examinar “dois empregos da palavra ‘ver’” (IF Parte II, p. 254): enquanto *ver* denotaria uma experiência visual redutível a relatos perceptuais, a noção de *ver-come* traduziria uma experiência mais complexa.

Segundo Jonathan Havercroft, pela relevância que isto assumiria para o seu método filosófico, no final da década de 1940 Wittgenstein ficou interessado

[...] no fenômeno de se tornar capaz de ver uma determinada imagem como um número de imagens diferentes. O exemplo paradigmático do fenômeno de “ver como”, para Wittgenstein, é a figura de Joseph Jastrow conhecida como o pato-coelho [...] (HAVERCROFT, 2003, p. 149, tradução nossa).

Na imagem do pato-coelho, acima mencionada, apenas um aspecto pode ser notado de cada vez. Como sugere Wittgenstein, “[...] nós também podemos *ver* a ilustração uma vez como uma coisa, outra vez como outra coisa. Portanto, nós a interpretamos, e a *vemos como* a *interpretamos*” (IF Parte II, p. 254).

Com efeito, o observador não é capaz de enxergar o pato e o coelho *ao mesmo tempo*²¹, embora uma pequena *mudança de perspectiva* baste para que o outro aspecto, porventura até então oculto, se lhe revele. Devido às características inerentes a este tipo de imagem, apenas um de seus aspectos (pato *ou* coelho) estará dado num instante específico ao observador. *Ver* a imagem *como* pato *ou* *como* coelho (ou mesmo como um terceiro objeto, a “figura ambígua” enquanto tal) depende apenas de se modificar a perspectiva, o ponto de vista.

¹⁹ Cf. LAMARQUE, 2002 e LAMARQUE; OLSEN, 2004.

²⁰ Ainda que por vezes a tradução oficial opte pela expressão *perceber*, preferimos utilizar *notar um aspecto*, pois reservaremos o termo *perceber* para expor as diferenças apontadas mais adiante por Moreno entre *percepção* e *representação*.

²¹ Trata-se da *incompatibilidade local* (cf. BAKER, 2004, p. 280-281).

No fenômeno de ver uma imagem como alguma coisa, o que se dá é uma mudança de aspecto que não se reduz a uma mera percepção sensorial. Nesse sentido, ela denota também uma alteração no próprio objeto, como se de fato ele se transformasse numa outra coisa (cf. AZIZE, 2019, p. 291). Ora, mas como pode haver uma mudança no objeto se aparentemente nada em sua dimensão física se alterou? Estamos aqui diante de um aparente paradoxo: “Contemplo uma fisionomia, e de repente noto sua semelhança com uma outra fisionomia. Eu *vejo* que ela não mudou: e vejo-a de fato de um modo diferente. A esta experiência dou o nome de ‘*perceber um aspecto*’” (IF Parte II, p. 254). De modo semelhante, diz Wittgenstein: “A expressão da mudança de aspecto é a expressão de uma *nova* percepção, junto com a expressão da percepção inalterada” (IF Parte II, p. 257).

Ver a imagem *como* pato ou *como* coelho depende da admissão da sua *aspectualidade*: o fato de haver nela aspectos a serem notados. Se o observador, ao se deparar com a imagem do pato-coelho, enxerga apenas a imagem de um pato, não se pode falar que ele *vê o aspecto-pato* da imagem, mas apenas que *vê* a imagem de um pato. Disso se extrai a possibilidade de *cegueira aspectual*: vendo a imagem de um pato, sou incapaz de apreender a sua *aspectualidade*, isto é, a existência de aspectos possíveis. É somente a partir da percepção de um novo aspecto que a imagem “ganha”, por assim dizer, dimensão aspectual. Como sugere Baker,

Eu não posso dizer que vejo o pato-coelho como pato a menos que eu *consiga* vê-lo também como um coelho (ou alguma outra coisa); caso contrário eu simplesmente vejo o pato (ou o desenho de um pato), embora alguém possa dizer de mim ‘Ele vê a imagem como um pato’” (BAKER, 2004, p. 282, tradução nossa).

Há aí duas importantes observações a serem feitas. Em primeiro lugar, embora a pluralidade de aspectos seja de fato algo a ser destacado, não há uma quantidade exata e perfeitamente determinada de quantos deles existem numa imagem para ser notados. Não há, por assim dizer, *fechamento* a tal respeito. Isso denota o que podemos chamar de *quase-objetividade* do fenômeno de *notar um aspecto*:

Ver aspectos demanda refinamento da noção do que é objetivo. Por um lado, ficamos tentados a dizer que diferentes aspectos estão ali para serem vistos [...]. (O pato-coelho pode ser visto como um pato; esse aspecto está disponível, assim como 4 pode ser considerado como o quadrado de 2 mas não de 3.) Por outro lado, um aspecto visual [...] não pode ser imposto a nós contra a nossa vontade [...] e falhar em ver um aspecto não é um defeito de visão. Aspectos não são imaginários ou meras criaturas da mente; mas, diferente das experiências perceptuais, eles estão sujeitos à vontade. Por isso,

ver aspectos pode ser tido como sendo metade percepção, metade imaginação (BAKER, 2004, p. 282, tradução nossa).

Deve-se enfatizar ainda, em segundo lugar, que quando o observador nota um aspecto distinto da imagem o que se dá não é uma mudança física *na própria imagem*, mas sim uma mudança nas maneiras como o sujeito *reage* à experiência visual. Como explica Marie McGinn, nesses casos “as diferenças na experiência visual [...] não estão ligadas a nenhuma alteração objetiva no objeto, mas a uma alteração em como o sujeito está situado, ou disposto a agir em relação ao objeto [...]” (MCGINN, 1997, p. 197, tradução nossa). O que se observa é então uma mudança de *atitude*, análoga às diferentes formas de enxergar, abordar, e portanto ler, um texto literário. Quando uma pessoa relata *ver* uma imagem *como* determinada coisa, “[...] ela não apenas diz o que vê, mas expressa a sua resposta à imagem, sua atitude em relação a ela” (BATKIN, 2010, p. 33, tradução nossa).

A *mudança de atitude* relacionada à *mudança de aspecto* revela também uma *mudança na vontade*. Isso é assim porque uma das características da *gramática dos aspectos*, como se refere Gordon Baker à lógica de notar aspectos, reside na *voluntariedade*: embora não se possa olhar de modo diferente para algo por puro desejo de ver um aspecto, pode-se pedir a alguém que *tente* ver alguma coisa de determinada forma, isto é, que procure notar um aspecto de determinada coisa. Logo, em relação aos aspectos, é possível haver *persuasão racional*, embora *sem demonstração*. Tal persuasão envolveria não provas, mas uma série de técnicas que se resumem a sugerir objetos de comparação. Vale salientar que não há garantia de sucesso, e o interlocutor pode continuar cego para o aspecto que se pretende fazê-lo ver. (cf. BAKER, 2004, p. 282-283).

4.2 A aspectualidade dos conceitos

4.2.1 Da possibilidade de se notar aspectos em conceitos

Havercroft defende ainda que, para Wittgenstein, a revelação de novos aspectos de uma imagem seria análoga à apreensão de novos sentidos de um conceito²²:

Wittgenstein acredita que a descoberta de um novo aspecto em uma imagem é semelhante a vivenciar o significado de uma palavra de uma nova maneira. Assim sendo, eu acredito que os escritos de Wittgenstein sobre mudanças de aspecto podem ser usados para iluminar mudanças de aspecto de palavras

²² Cumpre salientar que as observações de Wittgenstein referem-se primariamente à experiência visual. “Se nós encontramos importância para a estética nas observações de Wittgenstein nas IF Parte II, XI, nós o fazemos por analogia. As questões ali sobre experiência ou interpretação ou notar um aspecto podem ser tomadas como semelhantes às questões que encontramos na estética” (BATKIN, 2010, p. 25, tradução nossa).

importantes usadas na filosofia política (HAVERCROFT, 2003, p. 150, tradução nossa).

Com efeito, as ideias de Wittgenstein sobre a aspectualidade de imagens na percepção visual podem ser utilizadas para falar, por analogia, sobre a aspectualidade dos conceitos em filosofia²³. O fato de conceitos estarem abertos a diferentes possibilidades de significação, por exemplo, é semelhante à ideia de que novos aspectos podem se revelar em imagens, como se dá com o caso do pato-coelho. Os conceitos, por assim dizer, são *essencialmente plurais*. Porém, o ponto mais importante desta analogia para a significação talvez resida no traço da *incompatibilidade local*: não é possível ver dois aspectos de modo simultâneo. As repercussões disso para a filosofia são de grande relevância, pois pode ser o caso que alguém se encontre tão fixado num dos aspectos (sentidos) de conceitos que se torne cego para as suas outras possibilidades de significação²⁴.

Percebe-se aí a grande relevância da ideia de *notar um aspecto* para o método filosófico wittgensteiniano. Segundo Baker, a revelação de novos aspectos seria mesmo “[...] o método geral das investigações filosóficas de Wittgenstein” (BAKER, 2004, p. 290, tradução nossa). O filósofo austríaco

[...] traça problemas (confusões, preocupações) novamente para imagens ou analogias inconscientes, e o seu método para dissolver esses problemas é persuadir outrem a reconhecer tais preconceitos e substituí-los por uma concepção distinta. Trata-se de estabelecer uma ordem no nosso conhecimento sobre o uso da linguagem [...]” (BAKER, 2004, p. 290, tradução nossa).

As *Imagens* são assim dissolvidas, e novas possibilidades de ver as coisas – isto é, novos aspectos da linguagem – são apresentados. A terapia gramatical, nesse sentido, procura *mostrar* ou *tornar visíveis* aspectos ou possibilidades de significação de conceitos para aquelas pessoas cegas a seu respeito. Assim, por meio de uma série de técnicas como comparações, exemplos e modelos, Wittgenstein demonstra novas possibilidades de conceber conceitos, embora não como verdades ou descobertas – adotá-las, lembremos, é voluntário²⁵.

²³ A rigor, segundo Baker, o mais adequado seria falar em *aspectualidade das concepções*, as quais consistem em modos de se olhar para um conceito. Reconhecemos esta distinção sutil, mas preferimos, a título de simplicidade, acompanhar Havercroft e falar em *aspectualidade de conceitos*, com a ressalva de que esta expressão revela o mesmo fenômeno apontado por Baker.

A propósito das analogias e desanalogias entre notar aspectos em imagens e concepções (entendimentos sobre conceitos), cf. BAKER, 2004, p. 283-287.

²⁴ As ideias apresentadas aqui são uma síntese do que se encontra textualmente em BAKER, 2004, p. 283-286.

²⁵ “Nesse segundo caso, a tarefa parece ser dupla: primeiro, persuadir, uma vez que se trata da vontade e não do intelecto, a olhar, ou a admitir outros aspectos; segundo, levar a ver, ou a compreender esses novos aspectos. A persuasão repousa no método de exibição panorâmica [...] de diversos casos de aplicação das palavras, e a

Rejeitá-los não conta como ignorância nem demonstra falta de entendimento sobre quaisquer palavras (cf. BAKER, 2004, p. 291).

Nesse sentido, a proposta wittgensteiniana subverte em muitos pontos a fisionomia de uma epistemologia tradicional, já que toda essa doutrina dos aspectos não se encaixa “[...] nas ideias filosóficas prevalentes de racionalidade e objetividade: a tentativa de estabelecer coisas por força do argumento; a possibilidade de provar algo, de uma vez por todas [...]” (BAKER, 2004, p. 291, tradução nossa), revelando, por conseguinte, que o próprio modo como tradicionalmente é compreendido o exercício filosófico não passa, ele mesmo, de um ponto de vista para o qual existem alternativas.

4.2.2 Do aspecto literário de um texto à literatura como conceito aspectual

Há em Havercroft um bom exemplo que nos ajuda a compreender como um filósofo pode ficar, por assim dizer, “enfeitiçado por uma concepção”. Ao refletir sobre diversas concepções possíveis do conceito de “justiça”, ele assinala que quando um filósofo enfatiza uma única definição do conceito, ignorando, ou até mesmo negando, que possa haver outras maneiras de vislumbrá-lo, adota-se uma postura dogmática. Isso é assim porque a ênfase estreita conferida a um aspecto específico normalmente o torna cego²⁶ para os demais aspectos que possam eventualmente existir. A fim de evitar que isso aconteça, o autor sugere que certos conceitos complexos e sujeitos a múltiplas interpretações talvez mereçam ser tratados como *conceitos aspectuais*, da mesma forma que a imagem do pato-coelho: quando olhados a partir de diferentes ângulos, refletem diferentes aspectos, os quais podem ser vistos como complementares, úteis para variados contextos, porém não excludentes. Essa característica não interdita a possibilidade do comprometimento teórico com certo sentido específico do conceito (vimos inclusive como isso pode ser útil na breve seção 2 do nosso trabalho); apenas aponta a importância de se manter uma postura atenta, crítica e reflexiva, aberta a outros usos possíveis.

Gostaríamos de sugerir que isto também pode ser o caso para o conceito de *literatura*. De fato, como já salientamos, quando nos encontramos frente a um trabalho literário, não é de modo automático, imediato, em qualquer tipo de leitura, que adotaremos um ponto de vista propriamente *literário*. É preciso que *este aspecto* do texto, a saber, o *aspecto literário*, seja

compreensão repousa sobre a familiaridade com diversas técnicas linguísticas, uma vez vencidas as resistências da vontade, por parte do interlocutor filosófico.” (MORENO, 2012, p. 90)

²⁶ Para uma análise mais profunda da noção de *cegueira aspectual (aspect-blindness)*, cf. DAY, 2010, p. 204-224.

antes notado. Segundo Wittgenstein, conforme nos explica Arley Moreno, no movimento de *notar um aspecto*

[...] somos levados a distinguir entre uma percepção que apresenta apenas e somente aquilo que é visto – e, neste caso, aplicamos o conceito de “ver” –, e uma experiência mental na qual “notamos” [...], “interpretamos” [...] ou pensamos [...] um aspecto do objeto: por exemplo, sua “semelhança” [...] com outro objeto – e, neste caso, aplicamos o conceito de “ver como” [...]. Este último conceito não seria, então, parte da percepção [...], mas da representação mental (MORENO, 1995, p. 88).

É precisamente neste nível da *representação (ver-como)*²⁷, e não da mera *percepção (ver)*, que o leitor captura o aspecto literário de um texto: ele *vê* uma obra *como* literatura, isto é, *nota* o seu *aspecto* literário, o que só pode acontecer durante a leitura do texto, por meio de determinada postura. A captação de seus possíveis sentidos e de suas construções formais/sintáticas se dá a partir da adoção de uma certa atitude. Observa-se, então, por que não há de se falar aqui em propriedades intrínsecas que revelem o literário de modo automático. Nesses termos, a *apreensão literária* ou *adoção do ponto de vista literário para com determinado texto* abre espaço à possibilidade de o conceito de *literatura* veicular novas acepções, revelando, nesse sentido, a sua *aspectualidade conceitual* emergente do próprio fenômeno da significação entendido em termos wittgensteinianos. Trata-se, aqui, de algo mais do que o fenômeno da mera polissemia. Isso porque a representação, para além de gerar repercussões numa esfera estritamente semântica, “[...] exprime [...] a prática de hábitos e de instituições permeados pela linguagem [...]; o desenvolvimento de diferentes atitudes, estética ou utilitária [...]” (MORENO, 1995, p. 90). Disso decorre que a *representação*, denotando uma *postura* ou *atitude habitual* frente a certos objetos – no caso, textos literários –, torna possível a experiência literária propriamente dita.

4.3 O que queremos dizer quando dizemos *literatura*: do engajamento numa prática ao fenômeno da significação

O último passo da aplicação do método ao nosso problema consiste em mostrar ao menos uma outra possibilidade de significar o conceito *literatura*, após superada a fixação do pensamento na *Imagem essencialista*. O caminho percorrido até aqui nos autoriza a identificar o literário “[...] menos como alguma qualidade ou série de qualidades inerentes apresentadas por certos tipos de escrita [...] do que como um número de maneiras nas quais as pessoas se

²⁷ “O ‘ver-como’ não pertence à percepção. E, por isso, ele é como um ver e de novo não é como um ver” (IF Parte II, p. 258).

relacionam com a escrita [...]” (EAGLETON, 2008, p. 8, tradução nossa)²⁸. É mais ou menos nesse sentido que caminha a concepção de *literatura como uma prática governada por regras* de Peter Lamarque.

4.3.1 Literatura como prática: um uso possível do conceito

Segundo Peter Lamarque, a literatura pode ser vista como uma série de atividades que compõem uma prática. A exemplo do que se dá no xadrez, em que as peças são definidas de acordo com o que fazem no jogo, isto é, com as regras que informam a sua movimentação, também os diversos agentes envolvidos na prática literária adotam papéis determinados por regras relativamente estáveis²⁹. Não há, sob essa perspectiva, qualidades literárias intrínsecas – o literário emerge do engajamento de uma série de atores numa prática específica, qual seja, a *prática literária*. Se isso for correto, o papel do filósofo da literatura deixa de ser a busca por propriedades inerentes apresentadas por todas as obras literárias e passa a consistir na descrição dos papéis e da própria prática, concentrando-se em atividades como a “[...] criação, apreciação, avaliação, e interpretação de obras e relações convencionais entre autores, obras, e leitores” (LAMARQUE, 2014, p. 106, tradução nossa), as quais se tornam elementos constitutivos da literatura. Em outras palavras, só podemos saber do que estamos falando ao dizermos *literatura* quando compreendemos (1) as regras que compõem as diversas atividades conformadoras da prática e (2) os papéis que cada agente (leitor, autor, crítico etc.) exerce nela. Trata-se, como se vê, de uma visão não ontológica e não essencialista da literatura.

Não é trivial observar a função crucial dos detalhes nesse tipo de abordagem do fenômeno literário, como fica claro nesta passagem de Lamarque:

[...] aqueles leitores (de, digamos, romances) que se preocupam apenas, por exemplo, com como personagens fictícios ressoam em suas próprias vidas, ou quão cativantes ou emocionantes ou divertidos os incidentes são sem qualquer consideração adicional de como esses efeitos são provocados ou com que fim, não assumem uma postura literária em relação aos textos que leem. Não há nada de errado em ler dessa forma, mas isto não é ler de um ponto de vista literário, que faz exigências diferentes, mais rigorosas. A prática não estabelece linhas precisas sobre os muitos modos diferentes de

²⁸ Eagleton insiste nesse ponto: “Como diriam os filósofos, ‘literatura’ e ‘erva’ são termos funcionais em vez de ontológicos: eles nos falam sobre o que fazemos, não sobre o ser fixo das coisas. Eles nos falam sobre o papel de um texto [...] num contexto social, suas relações e diferenças com o seu meio, os modos como se comporta, os propósitos a que pode se destinar e as práticas humanas agrupadas ao seu redor. ‘Literatura’ nesse sentido é uma definição do tipo vazio, puramente formal.” (EAGLETON, 2008, p. 8, tradução nossa).

²⁹ “As regras [...] são tornadas aparentes nas atividades que fundamentam a prática, e nos acordos endossados pelos praticantes. Concepções compartilhadas pelos praticantes ‘regulam’ as suas ‘atividades’ ao responder a, falar sobre, avaliar, interpretar e ‘apreciar’ obras literárias. Essas são concepções sobre o objetivo da literatura, sobre quais tipos de coisas merecem atenção na literatura, que características das obras são de interesse literário, quais obras são canônicas, e assim por diante” (LAMARQUE, 2014, p. 115, tradução nossa).

apreciar a literatura como tal, mas deve haver limites para o que pode ser considerado de interesse literário” (LAMARQUE, 2014, p. 117, tradução nossa).

Os participantes da prática literária definem-se, assim, pela conformidade com os papéis exercidos na prática, e não por papéis sociais. Segundo Lamarque, “[...] não há restrição para quais formas (por exemplo, gêneros) as obras literárias podem tomar e, ao caracterizar a prática, nenhuma informação é necessária sobre autores ou leitores individuais” (LAMARQUE, 2014, p. 106, tradução nossa).

A visão de Lamarque, de clara inspiração wittgensteiniana, aponta que, quando falamos em características da literatura, devemos incluir “[...] propriedades relacionais, com referência aos participantes numa prática, suas atitudes, expectativas e julgamentos (LAMARQUE, 2002, p. 286, tradução nossa). Sendo assim, a *apreciação literária*³⁰, isto é, a nossa capacidade de apreciar um texto em sua *dimensão estética* – o que deve envolver a etapa prévia da *apreensão*, já mencionada –, se dá apenas quando observamos que “[...] as sentenças que constituem um texto somente passam a constituir uma obra literária quando integradas numa prática, a qual as marca como objetos passíveis de apreciação ‘literária’” (LAMARQUE, 2002, p. 299, tradução nossa). Tais circunstâncias nos permitem inclusive falar em uma educação para a leitura de textos literários, orientada à iniciação na prática, na habilitação de um sujeito para ler e apreciar obras literárias em sua dimensão propriamente estética. Esta, como se vê, não se confunde com a dimensão meramente ficcional do texto, e traz à tona características que

[...] podem ser inteiramente ignoradas por alguém que acompanha a história em todos os seus detalhes e está totalmente informado sobre os significados de todas as sentenças da obra. Ainda assim são características [...] que dão à obra o seu interesse literário e em virtude das quais ela pode ser chamada ‘literária’, em vez de meramente ‘ficcional’. Tais características [...] emergem somente sob reconstrução imaginativa. Elas não estão no texto do modo como os significados semânticos possam estar, mas podem passar a ser vistas como se estivessem na obra uma vez que ela tenha sido identificada como um objeto apropriado à interpretação (literária) (LAMARQUE, 2002, p. 302, tradução nossa).

Quando pensamos a literatura nesses termos, retira-se a ênfase da necessidade de dar conta, numa única definição, de qualidades intrínsecas e essenciais existentes em todos os objetos tidos como literários. O foco é deslocado destes últimos para as *atitudes* que tomamos

³⁰ Para a noção de apreciação literária, cf. LAMARQUE; OLSEN, 2004, p. 204-206.

frente à literatura e as interações imersas na prática, fazendo jus à complexidade da arte literária em suas ocorrências habituais, como já dissemos. O resultado disso é uma abordagem sobre a significação do conceito *literatura* de inspiração wittgensteiniana – e, sendo assim, apenas mais uma dentre tantas outras possíveis.

5 CONCLUSÃO

A insistência em definir de uma vez por todas a literatura a partir de qualidades intrínsecas, revelando, num único conceito, a natureza da arte literária, denota uma visão excessivamente limitada da significação linguística, o que, como se viu, já havia sido notado por alguns importantes autores da filosofia da literatura contemporânea.

O ceticismo desses autores quanto àquela insistência vai ao encontro da perspectiva wittgensteiniana da significação, responsável por uma ruptura com o longo projeto de capturar, via definições, características objetivas, estáveis e intrínsecas de determinada coisa ou grupo de coisas, subsumindo-os a um conceito. Nessa visão tradicional, falamos sobre os mais diversos objetos mediados por conceitos: a ligação entre palavra e mundo é dada por um mecanismo de compatibilidade, em que o signo reflete o ente designado.

Para Wittgenstein, pensar dessa forma consiste em limitar o complexo fenômeno da significação. Como entes de linguagem, conceitos passariam a designar não objetos do mundo, mas critérios para a aplicação e aferição de determinados *usos da linguagem*. Nesse sentido, a significação de *literatura* (conceito) corresponde à quantidade de seus usos possíveis, os quais, fundados em convenções arbitrárias informadas pela nossa forma de vida – o *locus* das nossas experiências compartilhadas –, são fornecidos no interior da própria prática linguística ilustrada em Wittgenstein nos *jogos de linguagem*.

A função da *terapia gramatical*, método filosófico wittgensteiniano, é então a de descrever os usos efetivamente feitos da linguagem, ampliando a paisagem semântica de um conceito, dissolvendo *Imagens* (más interpretações conceituais) excessivamente restritivas e dogmáticas, e apontando, por meio de exemplos, analogias e técnicas variadas, outras possibilidades de conceber a significação, conexões com outros conceitos, proposições etc. Afirma-se, assim, que o propósito da filosofia wittgensteiniana consiste em elucidar confusões em que nos enredamos quando o nosso pensamento encontra-se “enfeitiçado” por certos usos linguísticos, responsáveis por estreitar o nosso juízo, obnubilar o nosso julgamento e nos tornar reféns de concepções limitadas da linguagem. O filósofo da gramática nos convida aí a enxergar novos *aspectos* da significação de um conceito antes encobertos por interpretações equivocadas.

As repercussões desse pensamento para a *Imagem essencialista* da significação literária são significativas. Quando mergulhamos nas lições da Parte II, Seção XI de suas

Investigações Filosóficas, Wittgenstein nos aponta, a partir das distinções realizadas entre os conceitos de *ver* e *ver-como*, que as várias formas possíveis de encarar um texto literário revelam também atitudes possíveis frente a ele, as quais, no limite, atestam que a dimensão literária de um escrito não está imediatamente dada à percepção em qualquer leitura que dele se faça. Emerge daí uma *aspectualidade* da própria literatura: é preciso antes apreender a dimensão propriamente literária de um texto para que se possa *vê-lo como literário*. Tal constatação nos leva diretamente à aspectualidade do *conceito* de *literatura*, a qual, distante do modelo essencialista, revela outras possibilidades de significação, o que se constata, por exemplo, na ideia da arte literária como prática, cunhada por Peter Lamarque. Revela-se, assim, como a aplicação do método wittgensteiniano à *Imagem essencialista da literatura* foi responsável por romper dogmatismos e ampliar a paisagem semântica do conceito, demonstrando a viabilidade de outras concepções possíveis para ele.

Disso se extrai que não há caráter necessário no modelo essencialista de significação: podemos pensar a significação do conceito de *literatura* não mais a partir daquele conjunto de qualidades intrínsecas, mas da sua *abertura* a múltiplos usos possíveis, os quais podem revelar dimensões variadas do literário. Num certo sentido, emerge disso uma imagem mais rigorosa – afim às nossas práticas – do literário. Demonstra-se, ademais, a importância da filosofia wittgensteiniana para romper preconceitos relacionados ao uso da linguagem, engajando-nos na visão contemporânea da literatura como atividade aberta a múltiplos usos e significados.

REFERÊNCIAS

- AZIZE, Rafael L. Speaking and translating: Aesthetics, Aspect-seeing and Interpretation. *In: OLIVEIRA, Paulo; PICHLER, Alois; MORENO, Arley (ed.). **Wittgenstein in/on translation***. Campinas: Editora da Unicamp, Coleção CLE, v. 86, p. 281-308, 2019.
- BAKER, Gordon. The Grammar of Aspects and Aspects of Grammar. *In: **Wittgenstein's Method**: Neglected Aspects*. Malden, MA: Blackwell, p. 279-293, 2004.
- BATKIN, Norton. Aesthetic Analogies. *In: DAY, William; KREBS, Victor J. (ed.). **Seeing Wittgenstein Anew***. Cambridge: Cambridge University Press, p. 23-39, 2010.
- BAZ, Avner. On Learning from Wittgenstein, or What Does It Take to See the Grammar of Seeing Aspects?. *In: DAY, William; KREBS, Victor J. (ed.). **Seeing Wittgenstein Anew***. Cambridge: Cambridge University Press, p. 227-248, 2010.
- BOYLAN, Michael. **Fictive Narrative Philosophy**: How Fiction Can Act as Philosophy. New York: Routledge, 2019.
- CARROLL, Noël. **Art in Three Dimensions**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- CAVELL, Stanley. **Must we mean what we say?: A Book of Essays**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- CONANT, James. Stanley Cavell's Wittgenstein. **The Harvard Review of Philosophy**, vol. XIII, n. 1, p. 51-65, 2005.
- CURRIE, Gregory. **The nature of fiction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- DAY, William. The Aesthetic Dimension of Wittgenstein's Later Writings. *In: HAGBERG, G. L. (ed.). **Wittgenstein on Aesthetic Understanding***. Palgrave Macmillan, p. 3-29, 2017.
- DAY, William; KREBS, Victor J. Introduction: Seeing Aspects in Wittgenstein. *In: _____ (ed.). **Seeing Wittgenstein Anew***. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-20, 2010.
- EAGLETON, Terry. **Literary Theory**: An Introduction. Anniversary Edition. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.
- ELDRIDGE, Richard. **An Introduction to the Philosophy of Art**. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- ELDRIDGE, Richard. **Literature, Life, and Modernity**. New York: Columbia University Press, 2008.
- FELSKI, Rita. **Uses of literature**. Oxford: Blackwell, 2008.
- FREGE, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. 2. ed. amp. e rev. Tr. Paulo Alcoforado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

GASKIN, Richard. **Language, Truth, and Literature: A Defense of Literary Humanism.** Oxford: Oxford University Press, 2013.

GIBSON, John. Reality & the language of fiction. *In*: HUEMER, Wolfgang; SCHUSTER, Marc-Oliver (ed.). **Writing the Austrian Traditions: Relations between Philosophy and Literature.** Edmonton, Alberta: Wirth-Institute for Austrian and Central European Studies, p. 49-65, 2003.

GIBSON, John. **Fiction and the Weave of Life.** Oxford: Oxford University Press, 2007.

GIBSON, John; HUEMER, Wolfgang (ed.). **The Literary Wittgenstein.** London and New York: Routledge, 2004.

HAGBERG, G. L. **Meaning & interpretation: Wittgenstein, Henry James and Literary Knowledge.** Ithaca and London: Cornell University Press, 1994.

HAGBERG, G.L. Introduction. *In*: _____(ed.). **Wittgenstein on Aesthetic Understanding.** Palgrave Macmillan, p. vii-xvi, 2017.

HAVERCROFT, Jonathan. On seeing liberty as. *In*: HEYES, Cressida J (ed.). **The Grammar of Politics: Wittgenstein and Political Philosophy.** Ithaca and London: Cornell University Press, p. 149-164, 2003.

KUUSELA, Oskari; MCGINN, Marie (ed.). **The Oxford Handbook of Wittgenstein.** Oxford: Oxford University Press, 2011.

LAMARQUE, Peter. Objects of interpretation. **Metaphilosophy** v. 31, Issue 1-2, jan., p. 96–124, 2000.

LAMARQUE, Peter. Literature. *In*: GAUT, Berys; LOPES, Dominic McIver (ed.). **The Routledge Companion to Aesthetics.** London: Routledge, p. 449-461, 2001.

LAMARQUE, Peter. Appreciation and Literary Interpretation. *In*: KRAUSZ, Michael (ed.). **Is There a Single Right Interpretation?.** University Park, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, Studies of the Greater Philadelphia Philosophy Consortium, p. 285-306, 2002.

LAMARQUE, Peter. **The Philosophy of Literature.** Oxford: Blackwell, 2009.

LAMARQUE, Peter. **The Opacity of Narrative.** London: Rowman & Littlefield International, 2014.

LAMARQUE, Peter; OLSEN, Stein Haugom. The Philosophy of Literature: Pleasure Restored. *In*: KIVY, Peter (ed.). **The Blackwell Guide to Aesthetics.** Malden, Oxford: Blackwell, p. 195-214, 2004.

MCGINN, Marie. **Routledge Philosophy Guidebook to Wittgenstein and the Philosophical Investigations.** London: Routledge, 1997.

MOI, Toril. **Revolution of the Ordinary: Literary Studies After Wittgenstein, Austin and Cavell.** Chicago and London: The University of Chicago Press, 2017.

MORENO, Arley. **Wittgenstein: Através das Imagens.** 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

MORENO, Arley. Introdução a uma epistemologia do uso. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. spe 02, p. 73-95, 2012.

STERN, David G. **Wittgenstein's Philosophical Investigations: An Introduction.** Cambridge University Press, 2004.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Da Certeza.** Ed. bil. Trad. Maria Elisa Costa. Lisboa: Edições 70, 1990.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **The Big Typescript: TS 213.** Ed. e trad. Grant Luckhardt e Maximilian Aue. USA: Blackwell Publishing, 2005.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas.** 9. ed. Tr. Marcos Montagnoli. Petrópolis: Vozes, 2014.